

O sabor de isopor

JOELMIR BETING

No encontro de Cartagena, o Brasil desfila uma postura política para uso externo: somos signatários de qualquer projeto por uma nova ordem econômica internacional. De preferência, uma reforma ampla, geral, irrestrita e urgente, capaz de contemplar: A) a renegociação da dívida externa do Terceiro Mundo em bases suportáveis nos prazos, nas taxas e nos fluxos de caixa; B) a desmontagem progressiva das barreiras tarifárias que bloqueiam, nos países ricos, o desembarque das exportações sem alternativa dos países endividados em dólar; C) a reativação da economia mundial a partir do saneamento orçamentário e financeiro de países ricos, pobres e remediados, abertos, mistos ou fechados.

Para os termos de uma Carta de Cartagena, nenhuma restrição: o discurso tem sabor de isopor, no melhor estilo da diplomacia sem compromisso.

Na prática, para uso interno de cada signatário, são outros quinhentos por cento: cada um para si, o FMI para todos.

Cartagena tem a humildade de descartar a proposta de fundação de um cartel de devedores, que alguns radicais preferem chamar de "clube da usura", com sua remarcação de juros por telex ou por telefone.

Os devedores é que não podem brincar de cartel ou de clube, que os acionistas dos bancos ficam zangados e proibem qualquer iniciativa de renegociação de fluxos, prazos e taxas. E através dos respectivos bancos centrais, reunidos segunda-feira em Basileia, renovaram as advertências da cúpula dos sete grandes, em Londres, semana passada:

"Qualquer renegociação da dívida vencida e qualquer tomada de crédito novo não podem dispensar a intervenção das patrulhas expedicionárias do FMI, que é do ramo"

Cada caso é um caso, suspira a administração brasileira. O importante, segundo Brasília, é restaurar a ficha cadastral do Brasil nos bancos internacionais.

De que maneira? Cumprindo, ao pé da letra, com casca e tudo, a qualquer preço, o programa de ajuste econômico aprovado e vigiado pelo FMI. Parece que o México não tem feito outra coisa e está conseguindo recompor suas posições em bases menos traumáticas, no dizer de Jacques de Larosiére, Diretor-Geral do FMI. Bem ao contrário, a Argentina não se enquadra na camisa-de-força da austeridade corretiva e não mais consegue rolar nem enrolar os compromissos vencidos, ao tempo em que bate com o nariz nas portas fechadas de todos os bancos.

Entre a privação festejada do México e a rebelião ensaiada da Argentina, posições claramente confrontadas na conferência dos 11 endividados, em Cartagena, o Brasil alinha-se com os mexicanos.

A justificativa é do Ministro Ernane Galvêas, em linguagem nada diplomática, para um auditório de respaldo, o da Escola Superior de Guerra, semana passada. Disse o Ministro para o Brasil e para o mundo:

— Não vamos pagar dívida alguma. Os banqueiros sabem disso. Vamos continuar pagando os juros vencidos com os créditos novos. O importante é honrar os juros, ainda que engordando o prin-

cipal. O principal não se paga, rola-se. Ou, se preferem: dívida externa foi inventada para ser administrada, não para ser paga...

Uma colocação fora de esquadro no tempo, ainda que não no espaço.

Para rolar a dívida, é preciso contar com o cofre aberto do credor, naquele velho lance de pagar o débito vencido no guichê 22 com o crédito novo sacado no guichê 21. Pois os cofres dos bancos estão fechados para o Brasil e para o Terceiro Mundo desde setembro de 1982. Tanto assim, que tivemos de recorrer à tutela desconfortável do FMI.

O Ministro Ernane Galvêas passou ao largo desse constrangimento e completou o pulo do gato da dívida em dólar:

— No pagamento da dívida externa, não existe fórmula mágica, muito menos de cunho político. O resto é bravata nacionalista, que só faz por romper a corda do lado mais fraco, o lado de quem deve. Temos de brigar, isto sim, é pela redução ou mesmo pelo tabelamento dos juros. Aí cabe o esforço conjunto dos países devedores para uma pressão articulada, pelos canais políticos, se preciso, sobre os governos e os bancos dos países credores. Mas sem moratória coletiva ou coisas do gênero. Na reforma dos contratos, porém, a operação deve ser bilateral do ponto de vista do devedor e coletiva do lado dos bancos e respectivos governos. A negociação de governo para governo não existe. Ou melhor: só existe na demagogia de quem não conhece a estrutura e o funcionamento das finanças internacionais.

Em Cartagena, o Brasil fala menos pelo Ministro Ernane Galvêas e mais pelo Chanceler Saraiva Guerreiro — que a conferência é de natureza política e não técnica.

Em termos políticos, o Brasil respeita a posição da Argentina. Buenos Aires sabe como funciona o sistema financeiro internacional, mas admite a possibilidade de não pagar para ver. O problema não é o de poder ou não poder pagar a dívida vencida, mas o de querer ou não querer aceitar os juros decretados, unilateralmente, pelos bancos.

Do ponto de vista ético, o calote está na mesma categoria da usura.

No encontro de Cartagena, a América Latina acaba oscilando entre a contestação política da Argentina e a resignação contábil do Brasil. Um crítico musical afetado diria em papo de coquetel: enquanto o Brasil se deixa embalar pela contemplação de um Debussy, a Argentina se inflama com a proclamação de um Beethoven.

É provável que prevaleça uma proposta básica da delegação argentina: a articulação de entendimentos de governo para governo, com o progressivo esvaziamento do poder de intervenção do FMI. E não apenas pelo impasse dos juros, também pela vinculação do serviço da dívida ao fluxo de comércio, bloqueado por medidas protecionistas dos governos (e não dos bancos) dos países credores.

Na remoção do mata-burros planetário da debt crisis, a participação do Gatt seria mais importante que a intromissão do FMI.

Cartagena pode fertilizar isso.